

Relatório Anual 2015

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região da Produção - Sicredi Região da Produção



Diretoria Executiva de TI e Operações
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria



RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Região da Produção – Sicredi Região da
Produção
Sarandi – RS

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Região da Produção – Sicredi Região da Produção, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Região da Produção – Sicredi Região da Produção em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2016



Marcela Mies Laino
Contador - CRC- RS 074.511/O-4
CNAI 2230

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, bem como das atividades e ações desenvolvidas no exercício de 2015 na Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região da Produção - Sicredi Região da Produção.

1. Situação Econômico-Financeira e Patrimonial

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região da Produção - Sicredi Região da Produção encerrou o exercício de 2015 com ativos totais de R\$ 471.052 mil, aumento de 14,76% em relação ao mesmo período do exercício anterior, destacando-se:

I - Operações de Crédito

O saldo das operações de crédito totalizaram, em dezembro de 2015 R\$ 246.985 mil, com evolução de 1,17% em relação ao mesmo período de 2014.

A classificação da carteira por níveis de risco, que abrange além das operações mencionadas no parágrafo anterior, as operações relativas a outros créditos, seguindo os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Em dezembro de 2015, as operações classificadas como "risco normal", que abrangem os níveis "A" até "C", somaram R\$ 226.380 mil, representando 89,72% do total da carteira. As operações classificadas como "risco 1", que incluem os níveis "D" a "G", totalizaram R\$ 20.568 mil, compondo 8,15% da carteira. O "risco 2", formado exclusivamente por operações de nível "H" e que exigem 100% da provisão, totalizou R\$ 5.375 mil ou 2,13% do total.

II - Recursos Captados e Administrados

Os recursos captados e administrados formados pelo total de depósitos, convênios, arrecadações e patrimônio líquido, totalizaram R\$ 343.190 mil em dezembro de 2015, com incremento de 24,27% em relação ao mesmo período de 2014.

O saldo de depósitos a prazo atingiu o valor de R\$ 227.795 mil, com crescimento de 25,97% em relação a dezembro de 2014. Os depósitos à vista tiveram uma variação de 18,80% em doze meses e alcançaram o valor de R\$ 42.931 mil.

III - Patrimônio Líquido

A Cooperativa registrou em dezembro de 2015 um patrimônio líquido de R\$ 71.656 mil, tendo um aumento de 22,54% em relação ao mesmo período do ano anterior.

2. Controles Internos e Compliance

O Sicredi está continuamente aprimorando o seu sistema de controles internos, face a complexidade dos serviços e produtos ofertados e a crescente demanda por parte dos associados. Com a implantação de políticas, procedimentos, normas e ferramentas de monitoramento, a Instituição busca assegurar a conformidade com leis e regulamentos, prevenir e reduzir riscos inerentes as atividades exercidas no seu campo de atuação.

A política de controles internos estabelece diretrizes que procuram reforçar, periodicamente, o alinhamento do sistema de controles internos com os objetivos fixados pela Instituição relacionados as estratégias globais do negócio e as demais políticas institucionais. Da mesma forma, as atividades de controles são avaliadas sistematicamente assegurando a observância quanto às regulamentações emitidas pelas autoridades fiscalizadoras.

3. Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo - PLD/CFT

O Sicredi adota processos e sistemas específicos de prevenção, com a finalidade de assegurar que suas atividades sejam conduzidas em ambiente de controles adequados à prevenção de riscos relacionados aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Atentos à legislação e às normas dos órgãos reguladores, buscamos constantemente adequar-nos aos novos procedimentos exigidos, especialmente em atendimento à Circular nº 3.461/09 e Cartas-Circulares nº 3.409/09, nº 3.430/10 e nº 3.542/12 do Banco Central do Brasil.

Nesse contexto, a instituição mantém investimentos em treinamentos contínuos para todos os colaboradores a fim de reforçar as melhores práticas de controles internos.

4. Gerenciamento de Riscos

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional.

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

A gestão dos riscos de mercado consiste no processo de identificação, avaliação, monitoramento e controle, conduzidos através da adoção de limites consistentes com as estratégias de negócios, de políticas e processos de gestão e de metodologias voltadas a sua administração e à alocação de capital econômico compatível.

A atividade de gerenciamento dos riscos de mercado é regulamentada pela Resolução CMN nº 3.464/07. A estrutura sistêmica responsável por este gerenciamento é a área de Análise Econômica e Riscos de Mercado do Banco Cooperativo Sicredi S.A., subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos da mesma instituição. A referida área elabora as políticas e diretrizes aplicadas a todas as entidades filiadas ao Sistema Sicredi - Centrais, Cooperativas singulares, empresas ligadas e Banco.

III - Risco de Liquidez

A noção de risco de liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis e financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Em atendimento à Resolução nº 4.090 do CMN, e à Circular nº 3.393 do BACEN, o Banco Cooperativo Sicredi possui estrutura de gerenciamento do Risco de Liquidez compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao Risco de Liquidez do Sistema.

O gerenciamento do Risco de Liquidez do Banco Cooperativo Sicredi está centralizado sob a responsabilidade da Gerência de Análise Econômica e Riscos de Mercado, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Risco. O atendimento aos normativos e controle de liquidez é realizado através dos seguintes instrumentos e ferramentas que são reportados às demais áreas e entidades interessadas:

- Projeções de Liquidez (fluxo de caixa);
- Teste de Estresse;
- Limites de Liquidez;

IV - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

V - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco operacional pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2015
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região da Produção - Sicredi Região da Produção
CNPJ/MF nº 89.468.565/0001-01

ATIVO	31/12/2015	31/12/2014	PASSIVO	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE	396.642	325.906	CIRCULANTE	183.124	179.172
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	3.984	3.839	DEPÓSITOS (NOTA 11)	60.052	52.057
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	-	19.287	Depósitos à Vista	42.931	36.136
Carteira Própria	-	19.287	Depósitos a Prazo	17.121	15.921
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	194.918	115.152	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	100.213	105.746
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	8	19	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	16	6
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	901	8.971	Repesses Interfinanceiros (NOTA 12)	100.197	105.740
Correspondentes no país	507	498	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	808	712
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	193.502	105.664	Recursos em Trânsito de Terceiros	808	712
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	185.995	178.686	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	4.787	4.319
Operações de Crédito	194.852	187.415	Empréstimos País - Outras Instituições	4.787	4.319
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(8.857)	(8.729)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	17.264	16.338
OUTROS CRÉDITOS	10.156	7.691	Cobrança e Arrecadação de Tributos	30	23
Créditos por Avals e Fianças Honrados	52	-	Sociais e Estatutárias	749	580
Rendas a Receber	1.607	1.593	Fiscais e Previdenciárias	832	965
Créditos Específicos	115	102	Diversas (NOTA 14)	15.653	14.770
Diversos (NOTA 08)	8.790	6.328	NÃO CIRCULANTE	216.272	172.814
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(408)	(332)	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	216.272	172.814
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	1.589	1.251	DEPÓSITOS (NOTA 11)	210.674	164.915
Outros Valores e Bens	1.599	1.263	Depósitos a Prazo	210.674	164.915
(Provisão para desvalorização)	(31)	(25)	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	5.598	7.899
Despesas Antecipadas	21	13	Repesses Interfinanceiros (NOTA 12)	5.598	7.899
NÃO CIRCULANTE	74.410	84.555	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	71.656	58.475
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	49.358	64.699	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	42.009	33.806
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	1.470	11.391	De Domiciliados no País	42.033	33.835
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.470	11.391	(Capital a Realizar)	(24)	(29)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	47.888	53.307	RESERVAS DE SOBRAS	25.305	20.963
Operações de Crédito	52.133	56.707	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	4.342	3.706
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(4.245)	(3.400)			
OUTROS CRÉDITOS	-	1			
Diversos (NOTA 08)	-	1			
PERMANENTE	25.052	19.856			
INVESTIMENTOS (NOTA 10a)	12.354	11.411			
Outros Investimentos	12.354	11.411			
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10b)	9.019	5.831			
Imóveis de Uso	1.907	1.907			
Outras Imobilizações de Uso	13.629	9.563			
(Depreciação acumulada)	(6.517)	(5.639)			
INTANGÍVEL (NOTA 10b)	3.679	2.614			
Outros Ativos Intangíveis	6.169	4.545			
(Amortização acumulada)	(2.490)	(1.931)			
TOTAL DO ATIVO	471.052	410.461	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	471.052	410.461

explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região da Produção - Sicredi Região da Produção
CNPJ/MF nº 89.468.565/0001-01

Descrição das contas	Resolução CFC Nr.1.013/05			Resolução CFC Nr.1.013/05			Resolução CFC Nr.1.013/05		
	01/07/2015 a 31/12/2015			01/01/2015 a 31/12/2015			01/01/2014 a 31/12/2014 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	28.363	-	28.363	54.978	-	54.978	48.882	-	48.882
Operações de Crédito	27.278	-	27.278	52.159	-	52.159	45.849	-	45.849
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1.074	-	1.074	2.665	-	2.665	3.010	-	3.010
Resultado das Aplicações Compulsórias	11	-	11	154	-	154	23	-	23
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(19.936)	(209)	(20.145)	(38.136)	(325)	(38.461)	(30.490)	(238)	(30.728)
Operações de Captação no Mercado	(13.361)	(14)	(13.375)	(23.753)	(22)	(23.775)	(18.299)	(10)	(18.309)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2.517)	(195)	(2.712)	(4.811)	(303)	(5.114)	(4.040)	(228)	(4.268)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.058)	-	(4.058)	(9.572)	-	(9.572)	(8.151)	-	(8.151)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	8.427	(209)	8.218	16.842	(325)	16.517	18.392	(238)	18.154
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(2.592)	2.234	(358)	(7.765)	3.368	(4.397)	(10.088)	2.290	(7.798)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	2.432	2.170	4.602	4.537	4.134	8.671	3.920	3.857	7.777
Rendas de Tarifas Bancárias	1.626	-	1.626	3.287	-	3.287	2.974	-	2.974
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(9.033)	(669)	(9.702)	(16.638)	(1.011)	(17.649)	(14.449)	(794)	(15.243)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(5.934)	(847)	(6.781)	(11.343)	(1.345)	(12.688)	(9.969)	(1.575)	(11.544)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(22)	(99)	(121)	(103)	(190)	(293)	(105)	(180)	(285)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 18)	12.938	1.962	14.900	22.204	2.243	24.447	15.278	1.324	16.602
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 19)	(4.599)	(283)	(4.882)	(9.709)	(463)	(10.172)	(7.737)	(342)	(8.079)
RESULTADO OPERACIONAL	5.835	2.025	7.860	9.077	3.043	12.120	8.304	2.052	10.356
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(36)	(1)	(37)	(109)	(2)	(111)	50	(2)	48
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	5.799	2.024	7.823	8.968	3.041	12.009	8.354	2.050	10.404
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	5.799	2.024	7.823	8.968	3.041	12.009	8.354	2.050	10.404
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	3.041	(3.041)	-	2.050	(2.050)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	5.799	2.024	7.823	12.009	-	12.009	10.404	-	10.404
DESTINAÇÕES	-	-	-	(7.667)	-	(7.667)	(6.698)	-	(6.698)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.891)	-	(2.891)	(1.997)	-	(1.997)
Fates - Estatutário	-	-	-	(434)	-	(434)	(371)	-	(371)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(3.908)	-	(3.908)	(3.336)	-	(3.336)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(434)	-	(434)	(994)	-	(994)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	4.342	-	4.342	3.706	-	3.706

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região da Produção - Sicredi Região da Produção

CNPJ/MF nº 89.468.565/0001-01

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2014	28.344	16.633	1.959	46.936
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.952	-	(1.952)	-
Outras destinações	-	-	(7)	(7)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	3.003	-	-	3.003
Baixas de capital	(1.178)	-	-	(1.178)
Resultado do período	-	-	10.404	10.404
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(371)	(371)
Reserva Legal - Estatutária	-	3.336	(3.336)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.685	-	(1.997)	(312)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	994	(994)	-
Outros eventos	-	-	-	-
Saldos no fim do período em 31/12/2014	33.806	20.963	3.706	58.475
Mutações do Período	5.462	4.330	1.747	11.539
Saldos no início do período em 01/01/2015	33.806	20.963	3.706	58.475
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	3.703	-	(3.703)	-
Outras destinações	-	-	(3)	(3)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.940	-	-	2.940
Baixas de capital	(1.303)	-	-	(1.303)
Resultado do período	-	-	12.009	12.009
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(434)	(434)
Reserva Legal - Estatutária	-	3.908	(3.908)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.863	-	(2.891)	(28)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	434	(434)	-
Outros eventos	-	-	-	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	42.009	25.305	4.342	71.656
Mutações do Período	8.203	4.342	636	13.181
Saldos no início do período em 01/07/2015	37.978	20.963	4.186	63.127
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.766	-	-	1.766
Baixas de capital	(598)	-	-	(598)
Resultado do período	-	-	7.823	7.823
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(434)	(434)
Reserva Legal - Estatutária	-	3.908	(3.908)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.863	-	(2.891)	(28)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	434	(434)	-
Outros eventos	-	-	-	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	42.009	25.305	4.342	71.656
Mutações do Período	4.031	4.342	156	8.529

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região da Produção - Sicredi Região da Produção
CNPJ/MF nº 89.468.565/0001-01

	01/07/2015 a 31/12/2015	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014
RESULTADO DO EXERCÍCIO	5.915	13.845	13.316
Resultado do exercício	7.823	12.009	10.404
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	(1.908)	1.836	2.912
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(1.870)	973	1.879
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(80)	6	20
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	59	76	17
Depreciação do imobilizado de uso	464	929	917
Amortização do intangível	334	559	517
Baixas do ativo permanente	-	-	85
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	105	22	(5)
Destinações ao FATES	(434)	(434)	(371)
Dividendos SicrediPar	(486)	(295)	(147)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	19.367	50.009	(25.276)
(Aumento) Redução em direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	3.435	11	23
(Aumento) Redução em créditos vinculados	(578)	8.071	(8.925)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(126)	(9)	132
(Aumento) Redução em operações de crédito	(3.851)	(2.863)	(39.659)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(883)	(7.834)	19.257
(Aumento) Redução em outros créditos	(998)	(2.245)	(1.720)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	37	(344)	(91)
Aumento (Redução) em depósitos	14.803	53.754	1.728
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	336	97	170
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	202	469	1.232
Absorção de dispêndios pelo FATES	(67)	(341)	(196)
(Redução) Aumento em outras obrigações	7.057	1.243	2.773
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	25.282	63.854	(11.960)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.470)	9.921	(11.391)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	20.736	19.287	(2.390)
Aquisição de Investimentos	-	(943)	(2.359)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(3.555)	(4.118)	(1.497)
Aplicações no Intangível	(751)	(1.624)	(925)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	14.960	22.523	(18.562)
Integralização de capital	1.766	2.940	3.003
Baixa de capital	(598)	(1.303)	(1.178)
Juros ao capital próprio	(28)	(28)	(312)
Distribuição de Sobras	-	(3)	(7)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	1.140	1.606	1.506
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	41.382	87.983	(29.016)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	156.104	109.503	138.519
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	197.486	197.486	109.503

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região da Produção - Sicredi Região da Produção, é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul. Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 29/07/1983 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas e a do Sicredi.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas, e estão sendo apresentadas, na forma da legislação societária e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente aquelas aplicadas às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações da Lei Complementar nº 130/09 e às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN, Banco Central do Brasil – Bacen, e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

O CPC, desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. A Cooperativa aplicou os seguintes pronunciamentos, já recepcionados pelo Bacen: CPC 01 (Redução ao valor recuperável de ativos), CPC 03 (Demonstração dos fluxos de caixa), CPC 05 (Divulgação sobre partes relacionadas), CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), CPC 24 (Eventos subsequentes) e CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes). Os demais pronunciamentos serão aplicáveis a partir de sua aprovação pelo órgão regulador.

Foram reapresentados para melhor compreensão para fins de comparação da Demonstração de Sobras ou Perdas de 2014 e 2015. As contas e os valores envolvidos estão demonstrados no quadro abaixo:

	Reapresentado	Original
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	1.324	1.639
Provisão para Imposto de Renda	-	191
Provisão para Contribuição Social	-	124

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria em 05 de fevereiro de 2015.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “pro rata” dia e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Permanente" item "b", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Permanente" item "b".

l) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, os bens não de uso próprio e os outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSL limitados a 30% do lucro tributável.

q) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.823/09 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

r) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2015	31/12/2014
Disponibilidades	3.984	3.839
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	193.502	105.664
Total	197.486	109.503

valores em milhares de Reais

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	1.470	1.470	11.391
Total das Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	1.470	1.470	11.391

valores em milhares de Reais

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Títulos e valores mobiliários	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Cotas de Fundos de Renda Fixa (i)	-	-	-	19.287
Total	-	-	-	19.287

valores em milhares de Reais

(i) O Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Absolute IV foi considerado como parte relacionada por possuir percentual", " relevante dos valores aplicados em relação ao total da carteira", " , uma vez que a cooperativa, sob qualquer forma, assume ou retém substancialmente riscos e benefícios deste."

Fundo de Investimento	31/12/2015	Total da carteira	% em relação ao total	31/12/2014
FI Renda Fixa Crédito Privado Absolute IV	-	-	0,00%	19.287
Total	-	-	0,00%	19.287

valores em milhares de Reais

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	85.818	37.977	123.795	116.786
Financiamentos	7.817	8.634	16.451	21.362
Financiamentos rurais e agroindustriais	101.217	5.522	106.739	105.974
Carteira total	194.852	52.133	246.985	244.122

valores em milhares de Reais

b) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	31/12/2015				31/12/2014	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	2.188	18.235	25.019	27.869	73.311	74.940
Rural	808	27.591	72.818	5.522	106.739	105.974
Industrial	121	4.051	4.112	3.214	11.498	10.287
Comércio	667	11.593	12.467	8.107	32.834	33.535
Outros Serviços	948	7.017	7.217	7.421	22.603	19.386
Total	4.732	68.487	121.633	52.133	246.985	244.122

valores em milhares de Reais

c) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para operações de Crédito	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
		Nível A	0,50	134.792	70.647
Nível B	1,00	60.099	87.207	601	872
Nível C	3,00	31.489	66.206	945	1.986
Nível D	10,00	9.982	12.260	998	1.226
Nível E	30,00	5.261	2.941	1.578	882
Nível F	50,00	3.466	2.218	1.733	1.109
Nível G	70,00	1.859	942	1.301	659
Nível H	100,00	5.375	5.078	5.375	5.078
Total (i)		252.323	247.499	13.205	12.165

valores em milhares de Reais

Em abril/2015, implantou-se nova metodologia de classificação de risco de crédito no Sicredi, com o objetivo de reduzir processos operacionais, bem como auferir maior acurácia e eficiência no processo de provisão para devedores duvidosos. A nova metodologia é baseada em abordagem estatística, considerando testes e estudos quantitativos das perdas históricas da carteira de crédito, objetivando estabelecer o volume adequado de provisão para a perda esperada do portfólio.

De acordo com o CPC 23 apresentamos a mudança na estimativa contábil da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região da Produção - Sicredi Região da Produção a qual registrou um aumento de provisão para operações de crédito de 17,61% em relação a metodologia anterior. A comparação com o exercício anterior encontra-se no quadro acima.

(i) Estão incluídos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	52	-	52	-
Títulos e créditos a receber	5.286	-	5.286	3.377
Total	5.338	-	5.338	3.377

valores em milhares de Reais

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Outros Créditos - Diversos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	77	-	77	73
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.811	-	1.811	1.812
Devedores por depósitos em garantia	352	-	352	231
Impostos e contribuições a compensar (ii)	564	-	564	243
Pagamentos a ressarcir	6	-	6	-
Títulos e créditos a receber	5.286	-	5.286	3.377
Devedores diversos - País	694	-	694	593
Total	8.790	-	8.790	6.329

valores em milhares de Reais

(i) Do saldo de R\$ 1.811 mil da conta de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, R\$ 1.705 mil refere-se a projetos de investimento em tecnologia para desenvolvimento de softwares em andamento.

(ii) Do saldo da conta de Impostos e contribuições a compensar, valor de R\$ 275, refere-se ao processo administrativo transitado em julgado, cuja a decisão do STF pela inconstitucionalidade da cobrança do INSS patronal nos serviços prestados por Cooperativa de Trabalho, a favor da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região da Produção - Sicredi Região da Produção. A estimativa de compensação é de 8 meses após a habilitação do crédito junto a Receita Federal.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

Bens não de uso próprio	31/12/2015	31/12/2014
Imóveis	1.225	1.011
Veículos e afins	222	67
Bens em regime especial	152	185
Subtotal Bens não de uso próprio	1.599	1.263
Despesas antecipadas	21	13
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(31)	(25)
Total Outros Valores e Bens	1.589	1.251

valores em milhares de Reais

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 31 mil de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – PERMANENTE**a) Investimentos**

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2015	31/12/2014
Cooperativa Central Sicredi (i)	6.026	5.781
Sicredi Participações S.A. (i)	6.327	5.629
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores (i)	1	1
Total	12.354	11.411

valores em milhares de Reais

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central Sicredi	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Número de ações/quotas possuídas	2.051.891 ON	1.825.428 ON	1	1	6.026.531	5.781.196
	4.274.873 PN	3.803.076 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,79%	0,74%	0,72%	0,74%	1,76%	1,71%
Capital social	804.351	764.040	138	136	342.223	338.577
Patrimônio líquido	874.462	798.719	193.717	190.039	352.655	349.026
Lucro líquido do exercício	62.184	38.011	-	-	-	-
Valor do investimento	6.327	5.629	1	1	6.026	5.781

valores em milhares de Reais

b) Imobilizado de uso e intangível

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2015			31/12/2014
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizações em curso	-	3.859	-	3.859	149
Terrenos	-	1.526	-	1.526	1.526
Edificações	4%	381	(158)	223	266
Instalações	10%	2.675	(1.900)	775	883
Móveis e equipamentos de uso	10%	3.781	(2.222)	1.559	1.695
Sistema de comunicação	10%	147	(95)	52	61
Sistema de processamento de dados	20%	1.737	(1.291)	446	466
Sistema de segurança	10%	451	(281)	170	203
Sistema de transporte	20%	979	(570)	409	582
Imobilizado de Uso (i)	-	15.536	(6.517)	9.019	5.831
Intangível (ii)		6.169	(2.490)	3.679	2.614
Investimentos Confederação		6.169	(2.490)	3.679	2.614
Total		21.705	(9.007)	12.698	8.445

valores em milhares de Reais

(i) Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor residual inferior aos praticados pelo mercado.

(ii) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2015				31/12/2014
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	42.931	-	-	42.931	36.136
Depósitos a prazo	9.855	7.266	210.674	227.795	180.836
Total	52.786	7.266	210.674	270.726	216.972

valores em milhares de Reais

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

Obrigações por repasses interfinanceiros	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Recursos do Crédito Rural	99.872	5.212	105.084	112.755
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	99.872	5.212	105.084	112.755
Outros Recursos	325	386	711	884
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	325	386	711	884.241
Total	100.197	5.598	105.795	113.639

valores em milhares de Reais

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de 0,1% a.a. até 8,75% a.a. com vencimento de 01/01/2016 até 11/01/2021.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Obrigações por empréstimos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos no país - outras instituições	4.787	-	4.787	4.319
Cooperativa Central Sicredi	4.787	-	4.787	4.319
Total	4.787	-	4.787	4.319

valores em milhares de Reais

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,041571% a.m. com vencimento em 14/12/2016.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

Outras obrigações - diversas	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Cheques administrativos	3.196	-	3.196	5.486
Obrigações por convênios oficiais	8	-	8	5
Obrigações por prestação de serviço de pagamento	130	-	130	56
Provisão para pagamentos a efetuar	2.962	-	2.962	2.759
Provisão para passivos contingentes (i)	1.897	-	1.897	2.083
Credores diversos - país (ii)	7.460	-	7.460	4.381
Total	15.653	-	15.653	14.770

valores em milhares de Reais

(i) A conta 'Provisão para passivos contingentes' recebe, além dos registros detalhados na nota explicativa seguinte (Passivos Contingentes), o registro das provisões sobre as Coobrigações da Cooperativa no valor de R\$ 1.320 mil.

As provisões sobre coobrigações assumidas pelas singulares na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco Cooperativo Sicredi S.A., estão registradas na rubrica 4.9.9.35.90-9 – Provisão para Passivos Contingentes - Outros Passivos, e foram constituídas com base nos mesmos critérios preconizados na Resolução 2682/99 do Conselho Monetário Nacional – CMN.

(ii) A conta Credores Diversos - país, está assim composta:

Credores Diversos - País	31/12/2015	31/12/2014
Pagamento cobertura Proagro	968	-
Parcelado Lojista	2.375	1.614
Agenda cartão Visa a pagar	2.198	1.373
Valores custodiados vinculados a operação de crédito	213	324
Parcelado Lojista a Vencer - Mastercard	154	-
Contas a pagar - empresas do grupo	171	336
Contas a pagar - demais fornecedores	701	290
Outros	680	444
Total	7.460	4.381

valores em milhares de Reais

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

Esta Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2015	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2015
Trabalhista	507	608	(604)	511
Cível	48	72	(54)	66
Total	555	680	(658)	577

Natureza	Probabilidade de Perda	Valor estimado de perda	Valor Provisionado Saldo em 31/12/2015	valor Provisionado Saldo em 31/12/2014
Trabalhista	Provável	511	511	507
Trabalhista	Possível	52	-	-
Cível	Provável	66	66	48
Cível	Possível	464	-	-
Total		1.093	577	555

valores em milhares de Reais

Em janeiro de 2014 a alíquota da contribuição ao SAT foi alterada de 1% para 2% sobre a folha, visando atender ao disposto no Decreto nº 6.957/2009. Em abril de 2015 passou-se a recolher, para todas as entidades do Sicredi, a contribuição previdenciária relacionada ao INCRA, que corresponde a 0,2% sobre a folha de acordo com a jurisprudência administrativa e judicial. Os valores devidos foram recolhidos em novembro, ademais, tais alterações não ocasionam impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2015	31/12/2014
Capital Social (valores em milhares de Reais)	42.009	33.806
Total de associados	50.832	47.505

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região da Produção - Sicredi Região da Produção, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 7,8% em Capital, no montante de R\$ 2.891 mil.

Calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC, neste exercício o seu pagamento foi considerado dedutível na apuração do imposto de renda e da contribuição social conforme prevê o parágrafo único, artigo 49, da Lei nº 4.506/1964 combinado com o artigo 348, II, do Decreto nº 3000 de 1999. Para tanto, a despesa financeira, passou a ser classificada como ato não cooperativo em 2014.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região da Produção - Sicredi Região da Produção, destinou suas sobras conforme o estatuto, sendo que 45% foram destinados para Reserva Legal e 5% para FATES.

NOTA 17 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com partes relacionadas, abaixo apresentamos as operações realizadas com as Centrais, Confederação e Fundos de Investimento Absoluto:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativo		
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	-	19.287
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 03e)	193.502	105.664
Rendas a receber	-	1
Diversos	1.760	1.828
Investimentos (Nota 10a)	6.026	5.781
Intangível (Nota 10b)	3.679	2.614
Passivo		
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 13)	4.787	4.319
Provisões para pagamentos a efetuar	341	277
Credores Diversos	164	336
Receitas		
Outros ingressos e receitas operacionais	19.061	13.564
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	592	408
Outros Dispêndios e Desp. Administrativa	449	423
Outros Dispêndios Despesas Operacionais	5.799	4.791

valores em milhares de Reais

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração.

Não estão contempladas as informações de cônjuges e empresas ligadas das referidas partes relacionadas.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária. Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2015	% em relação ao total	31/12/2014
Depósitos à vista	74	0,17%	100
Pessoas físicas	74		100
Depósitos a prazo	847	0,37%	601
Pessoas físicas - taxa pós-fixada	847		601
Operações de crédito	1.356	0,55%	1.580

valores em milhares de Reais

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2015	31/12/2014
Pessoas chave da administração	1.321	1.270

valores em milhares de Reais

NOTA 18 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Deste item na Demonstração de Sobras ou Perdas o valor de R\$ 18.469 mil (R\$ 13.156 mil em dezembro de 2014) refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul.

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Este item na Demonstração de Sobras ou Perdas apresenta os seguintes valores: R\$ 4.515 mil (R\$ 3.745 mil em dezembro de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Confederação Sicredi; R\$ 404 mil (R\$ 391 mil em dezembro de 2014) refere-se ao valor de Contribuição à Sicredi Fundos Garantidores e R\$ 422 mil (R\$ 413 mil em dezembro de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul.

NOTA 20 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

Coobrigações em garantias prestadas	31/12/2015	31/12/2014
Garantias prestadas em operações de associados	79.363	75.025
FINAME - Agrícola, Banco Sicredi, BRDE	14.859	14.644
Pronaf	58.402	53.626
Procaminhoneiro	4.291	5.212
Outros	1.811	1.543
Coobrigações em cessões de crédito	4	4
Total	79.367	75.029

valores em milhares de Reais

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes.

NOTA 21 – SEGUROS CONTRATADOS (NÃO AUDITADO)

Em 31 de dezembro de 2015, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

NOTA 22 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

Luis Francisco Sander
Diretor Executivo
CPF: 412.353.630-15

Catiane Longhi Menin
Diretora de Operações
CPF: 006.225.680-78

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz
Contador
CRC: RS-071614/O-8
CPF: 961.880.300-72